





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/586.703-1	MGN2464670703	23/09/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
118.236.218-48	ANDRE CARLOS VARELA FERNANDEZ



**DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE  
VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA**

CNPJ/MF nº 02.753.224/0001-08

NIRE 3121112549-6

**PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, nascida em 13/03/1957, empresária, inscrita no CPF/MF sob nº 334.043.566-91 e Carteira de Identidade nº M-1.230.489 expedida pela SSP – MG, residente e domiciliado à Rodovia MGT 120, s/nº, Km 70, Zona Rural na cidade de Dona Euzebia, MG, CEP: 36.784-000 e;

**THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 05/04/1989, portador do CPF nº 095.803.426-52 e Carteira Nacional de Habilitação nº 04244103564 expedida pelo DETRAN-SP, residente e domiciliado à Avenida José Passos de Souza Junior, 180, Apartamento 102, Praia do Pecado na cidade de Macaé-RJ, CEP: 27.920-570;

únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, sob denominação social de “**VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA**” estabelecida à Rodovia MGT 120, S/nº, Km 70, Parte, Zona Rural na cidade de Dona Euzebia – MG, CEP: 36.784-000, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3121112549-6, inscrita no CNPJ nº 02.753.224/0001-08, estão justos e contratados em alterar a referida sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Têm, entre si, justo e acordado alterar o Contrato Social da sociedade empresária de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

**I - Alteração da administração**

1.1. Resolvem os sócios que a administração da Sociedade será exercida pelos não-sócio **ANDRÉ CARLOS VARELA FERNANDEZ**, brasileiro, solteiro, natural de São Paulo-SP nascido aos 26/04/1971 publicitário, portador da identidade nº 22.557.748-3 expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF nº 118.236.218-48, residente e domiciliado na Rua Henrique Daumas Sobrinho, 150 – apto 102, bairro Glória, cidade de Macaé, RJ, CEP: 27.933-320.

**II – Do Aumento de Capital**

2.1 O Capital Social é de R\$ 2.370.000,00 (dois milhões trezentos e setenta mil reais), já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, divididos em 2.370.000,00 (dois milhões trezentos e setenta mil), cotas no valor nominal R\$ 1,00 (um real).



Parágrafo Único: Nesta data fica aumentado o capital social em R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais) pelo sócios **THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO** referente à capitalização de crédito de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Perfazendo um capital total de R\$ 2.637.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil reais), divididos em 2.637.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e sete mil)cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO	20.000	20.000,00	0,76%
THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO	2.617.00	2.617.000,00	99,24%
<b>TOTAL:</b>	<b>2.637.000</b>	<b>2.637.000,00</b>	<b>100%</b>

**III - Alteração *In Totum* do Contrato Social**

3.1. Os sócios resolvem alterar *in totum* o Contrato Social da Sociedade, passando a ter a seguinte redação ora consolidada.

**IV -Consolidação do Contrato Social**

4.1. Em virtude das deliberações acima, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, que, revisado, passará a vigorar, em sua integralidade, com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL DE  
“VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA”**

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO**

**CLÁUSULA 1ª:** A sociedade empresária limitada é constituída sob a denominação social de “**VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA**” com sede e foro na Rodovia MGT 120, s/nº, Km 70, Parte, Zona Rural na cidade de Dona Euzebia – MG, CEP: 36.784-000.

Parágrafo Primeiro: A empresa possui as seguintes filiais:

- **Rua Cesar Castilho, 37, prédio 2, bairro Costazul na cidade de Rio das Ostras – RJ, CEP: 28.895-230** inscrita no CNPJ nº 02.753.224/0002-80 e NIRE nº 3390142119-4 com o objetivo social de **COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS FRUTIFERAS ORNAMENTAIS E FLORESTAIS, VASOS PARA PLANTAS, INSUMOS AGRICOLAS EM GERAL, SERVICOS PAISAGISTICAS, JARDINAGEM E REFLORESTAMENTO, SERVICOS DE TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS EM GERAL, SERVICOS DE TERRAPLENAGEM, FLORICULTURA, COMERCIO VAREJISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS, CULTIVO DE MUDAS EM VIVEIROS FLORESTAIS E A PRODUCAO DE MUDAS E OUTRAS FORMAS DE PROPAGACAO VEGETAL, ALUGUEL DE MAQUINAS E**



**EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR, SERVICOS DE ARQUITETURA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAS DE CONSTRUCAO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR E O ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SEM OPERADOR, OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS, LIMPEZA, VARREDURA, VARRICAO DE RUAS E LOGRADOUROS, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA E A MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS.**

- **Rua Guatemala, s/nº, quadra 27 Lote 13A4, bairro serra Grande na cidade de Niteroi – RJ, CEP: 24.342-744, inscrita no CNPJ nº 02.753.224/0003-61 e NIRE nº 3390159775-6, com o objetivo social de COMERCIO VAREJISTA DE PLANTAS FRUTIFERAS ORNAMENTAIS E FLORESTAIS, VASOS PARA PLANTAS, INSUMOS AGRICOLAS EM GERAL, SERVICOS PAISAGISTICAS, JARDINAGEM E REFLORESTAMENTO, SERVICOS DE TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS EM GERAL, SERVICOS DE TERRAPLENAGEM, FLORICULTURA, COMERCIO VAREJISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS, CULTIVO DE MUDAS EM VIVEIROS FLORESTAIS E A PRODUCAO DE MUDAS E OUTRAS FORMAS DE PROPAGACAO VEGETAL, ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR, SERVICOS DE ARQUITETURA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAS DE CONSTRUCAO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR E O ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS SEM OPERADOR, OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS, LIMPEZA, VARREDURA, VARRICAO DE RUAS E LOGRADOUROS, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA E A MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS.**

**CLÁUSULA 2ª:** Os sócios poderão, a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território nacional.

**CLÁUSULA 3ª:** A sociedade possui seu objetivo social as atividades de comércio varejista de plantas frutíferas ornamentais e florestais, vasos para plantas, insumos agrícolas diversos, serviços paisagísticos, jardinagem e reflorestamento, serviços de transportes rodoviário de cargas diversos,



serviços de terraplenagem, floricultura, comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas, cultivo de mudas em viveiros florestais e a produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, serviços de arquitetura, comércio varejista de matérias de construção diversos, comércio varejista de móveis, locação de automóveis sem condutor e o aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais sem operador, obras de urbanização ruas, praças e calçadas, limpeza, varredura, varrição de ruas e logradouros, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, seleção e agenciamento de mão de obra e a montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias, conservação de florestas nativas com reflorestamento e florestamento e as atividades de apoio a produção florestal. bem como desenvolver atividades correlatas e afins, podendo ainda, acrescentar ou restringir seu objetivo social, mediante alteração em seu ato constitutivo.

**CLÁUSULA 4ª:** O prazo de duração da Sociedade será por tempo indeterminado.

## **CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA 5ª:** O Capital Social é de R\$ 2.637.000,00 (dois milhões e seiscentos e trinta e sete mil reais), divididos em 2.637.000 (dois milhões e seiscentos e trinta e sete mil) cotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado e dividido entre os sócios da seguinte forma:

<b>Sócios</b>	<b>Quotas</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>%</b>
PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO	20.000	20.000,00	0,76%
THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO	2.617.00	2.617.000,00	99,24%
<b>TOTAL:</b>	<b>2.637.000</b>	<b>2.637.000,00</b>	<b>100%</b>

**CLÁUSULA 6ª:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA 7ª:** A administração da Sociedade será exercida pelo não-sócio **ANDRÉ CARLOS VARELA FERNANDEZ**, brasileiro, solteiro, natural de São Paulo-SP nascido aos 26/04/1971 publicitário, portador da identidade nº 22.557.748-3 expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF nº 118.236.218-48, residente e domiciliado na Rua Henrique Daumas Sobrinho, 150 – apto 102, bairro Glória, cidade de Macaé, RJ, CEP: 27.933-320., o qual terá os mais amplos poderes de administração, cabendo-lhes representar e obrigar a Sociedade nos atos da vida comercial e civil sempre mediante as suas assinaturas. Poderá a Sociedade nomear, em ato separado, outro(s) administrador(es) para representar ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, bem como exercer os poderes normais de administração, de forma a assegurar a condução normal dos negócios da Sociedade.





Parágrafo Primeiro: Os atos que importarem na aquisição, alienação e/ou oneração de bens; na contratação de empréstimos em geral; na assunção de dívidas ou na prestação de garantias pela Sociedade, dependerão de prévia autorização por escrito dos sócios que representem, no mínimo, a maioria simples do capital social da Sociedade.

Parágrafo Segundo: A Sociedade será representada perante terceiros e em juízo por seus administradores ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos, nomeado de acordo com o Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro: Os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade serão assinados pelos administradores, expressamente especificarão os poderes conferidos aos respectivos procuradores, e terão prazo de validade determinado e não superior a 1 (um) ano, com exceção daqueles com poderes da cláusula “*ad judicium*”, que poderão ter prazo indeterminado.

Parágrafo Quarto: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, atos de quaisquer dos administradores, sócios, procuradores ou funcionários da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia a favor de terceiros, exceto se estes atos forem expressamente autorizados pela totalidade dos sócios.

Parágrafo Quinto: Os administradores estão dispensados de prestar caução em garantia ao fiel desempenho de suas funções.

Parágrafo Sexto: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não foram condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, ao acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo Sétimo: A remuneração dos administradores será estabelecida em Reunião de Sócios, devendo ser considerada despesa geral da Sociedade.

**CLÁUSULA 8ª:** As quotas da Sociedade são impenhoráveis, sendo vedado aos sócios outorgar fianças e avais a quaisquer terceiros, em quaisquer negócios, que possam resultar em constrição de quotas da Sociedade em razão da sua execução.

#### **CAPÍTULO IV – DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

**CLÁUSULA 9ª:** As deliberações sociais serão tomadas em Reuniões de Sócios, que serão convocadas



por qualquer dos sócios ou pela administradora, mediante comunicação por escrito endereçada a cada um dos sócios, através de carta com aviso de recebimento, e-mail ou fac-símile, até 2 (dois) dias antes da data da Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro: As formalidades para convocação previstas acima serão dispensadas, assim como serão sanados eventuais vícios no processo, caso estejam presentes à Reunião de Sócios representando a totalidade do capital social, ou se estes se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo: Qualquer dos sócios presentes presidirá a Reunião de Sócios e lavrará, ou indicará alguém para lavrar, a ata contendo as deliberações tomadas e decisões havidas.

Parágrafo Terceiro: A ata deverá ser assinada por todos os sócios presentes à Reunião de Sócios, devendo ser arquivada no prazo legal.

Parágrafo Quarto: A Reunião de Sócios poderá ser dispensada caso todos os sócios decidam, por escrito, sobre as matérias da ordem do dia.

**CLÁUSULA 10ª:** Até o último dia útil do quarto mês subsequente ao encerramento do exercício social, será realizada Reunião de Sócios para tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, bem como deliberar sobre as distribuições de lucros, e tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

**CLÁUSULA 11ª:** Todas as deliberações ou resoluções dos sócios serão tomadas por maioria de votos, exceto nos casos em que a lei estabeleça quórum de deliberação mais elevado, sendo os votos computados na forma da lei.

## **CAPÍTULO V – CESSÃO DE QUOTAS**

**CLÁUSULA 12ª:** É expressamente proibida a cessão ou transferência de quotas de qualquer dos sócios a terceiros sem a observância dos procedimentos previstos nesta Cláusula 12.

Parágrafo Primeiro: Caso algum sócio tenha interesse em alienar, de qualquer forma, no todo ou em parte, quotas de sua titularidade representativas do capital social da Sociedade, este deverá primeiro oferecê-las aos demais sócios, mediante o envio a estas de notificação, por escrito, contendo o montante de quotas que pretende alienar.

Parágrafo Segundo: Os sócios ofertados terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação do sócio ofertante para exercer o direito de preferência para aquisição das quotas ofertadas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social, descontada a





participação do sócio ofertante, pelo valor patrimonial contábil das quotas ofertadas, apurado em balanço especial levantado exclusivamente para esse fim, independentemente de ser diverso o valor oferecido pelo interessado ao sócio ofertante.

Parágrafo Terceiro: Caso nenhum dos sócios ofertados exerça o direito de preferência previsto nesta Cláusula, o sócio ofertante poderá, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do prazo estabelecido no Parágrafo Segundo acima, alienar as quotas ofertadas a um terceiro.

## **CAPÍTULO VI – CONSTRIÇÃO JUDICIAL DAS QUOTAS**

**CLÁUSULA 13ª:** Na hipótese de as quotas de qualquer dos sócios serem penhoradas, arrestadas, ou serem objeto de qualquer outra constrição judicial (“Constrição Judicial”), o sócio cujas quotas forem objeto da Constrição Judicial (“Sócio Devedor”) deverá adotar todas as providências convenientes e/ou necessárias para liberá-las de tal Constrição Judicial, cabendo ao Sócio Devedor provar a revogação da medida judicial, mediante entrega à Sociedade e aos demais sócios de cópia autenticada do despacho revogatório.

Parágrafo Primeiro: Caso a Constrição Judicial incidente sobre as quotas não seja levantada e/ou as quotas não sejam, de qualquer forma, liberadas de tal Constrição Judicial dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência pelo Sócio Devedor da Constrição Judicial em questão, reputar-se-á que foi feita uma oferta para a alienação de tais quotas pelo Sócio Devedor aos demais sócios, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Sociedade, aplicando-se, no que couber, as regras atinentes ao direito de preferência previstas no Capítulo V, acima.

Parágrafo Segundo: Na hipótese prevista no Parágrafo Primeiro acima, entende-se como preço de oferta o valor patrimonial contábil das quotas, conforme balanço patrimonial especial levantado exclusivamente para esse fim, ficando o(s) sócio(s) interessado(s) em adquirir as quotas ofertadas investido(s) de todos os poderes para, na forma e no prazo do artigo 668 do Código de Processo Civil, requerer a substituição das quotas sujeitas à Constrição Judicial por depósito judicial em moeda corrente.

Parágrafo Terceiro: Se o crédito garantido pela Constrição Judicial das quotas for superior ao valor patrimonial das quotas, o Sócio Devedor ficará obrigada a pagar tal diferença ao(s) sócio(s) que tenha(m) aderido à oferta, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir do depósito judicial do valor da Constrição Judicial, sob pena de cobrança através de processo de execução fundado em título executivo extrajudicial.

Parágrafo Quarto: Caso o crédito garantido pela Constrição Judicial das quotas seja inferior ao valor patrimonial das mesmas, o saldo devedor do preço de aquisição será pago pelo(s) sócio(s)



adquirente(s) ao Sócio Devedor, em igual prazo e sujeito à mesma sanção prevista no Parágrafo Terceiro acima.

## **CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DE LUCROS**

**CLÁUSULA 14ª:** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial, o de resultado econômico e demais demonstrações contábeis, na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: O lucro líquido apurado anualmente ou em período inferior, se for o caso, terá a destinação determinada em Reunião de Sócios.

Parágrafo Segundo: A Reunião de Sócios poderá deliberar e declarar a distribuição de lucros aos sócios em períodos semestrais ou mesmo em períodos inferiores, à conta de lucros apurados em balanços levantados no respectivo período.

**CLÁUSULA 15ª:** A distribuição dos lucros entre os sócios poderá ser feita de forma desproporcional a suas respectivas participações no capital social.

## **CAPÍTULO VIII – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**CLÁUSULA 16ª:** A Sociedade não se dissolverá pela morte, incapacidade, retirada, exclusão, falência, insolvência ou liquidação de qualquer sócio, assegurado aos sócios remanescentes o direito de adquirirem as quotas do sócio falecido, incapacitado, retirante, excluído, falido, insolvente ou liquidado, conforme o caso, determinado pelo seu valor patrimonial, conforme demonstrado no último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, devendo o seu pagamento ser realizado em 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira devida em 90 (noventa) dias contados da data do evento em questão.

Parágrafo Único: Caso o último balanço patrimonial tenha sido levantado com mais de 60 (sessenta) dias de antecedência da data do evento causador do direito de compra das quotas, a Sociedade deverá levantar um balanço patrimonial especial (com as mesmas características de um balanço patrimonial geral), para que os sócios remanescentes possam fixar o valor contábil das quotas.

**CLÁUSULA 17ª:** A Sociedade será liquidada nos casos previstos na legislação aplicável, e os sócios estabelecerão a forma de liquidação e indicarão o liquidante.



## **CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA 18ª:** A Sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

**CLÁUSULA 19ª:** As Partes elegem o foro da Comarca de Cataguases, MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato Social.

E, por estarem justas e acordadas, as Partes assinam o presente instrumento em 1 (uma) via de igual teor e forma, e para um só efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Dona Euzebia, 03 de setembro de 2024.

**PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO**

**Sócia**

**THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO**

**Sócio**

**ANDRÉ CARLOS VARELA FERNANDEZ**

**Administrador**

Visto do advogado:

Bruno Lopes Silveira (OAB/RJ nº 220.397)





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/586.703-1	MGN2464670703	23/09/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
118.236.218-48	ANDRE CARLOS VARELA FERNANDEZ
125.379.077-95	BRUNO LOPES SILVEIRA
334.043.566-91	PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO
095.803.426-52	THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12050125 em 18/10/2024 da Empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA, Nire 31211125496 e protocolo 245867031 - 24/09/2024. Efeitos do registro: 03/09/2024. Autenticação: F67CD06CC96B32FC32FBBC38DA223638DC8B5A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/586.703-1 e o código de segurança UM6N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA, de NIRE 3121112549-6 e protocolado sob o número 24/586.703-1 em 24/09/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12050125, em 18/10/2024. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
118.236.218-48	ANDRE CARLOS VARELA FERNANDEZ

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
118.236.218-48	ANDRE CARLOS VARELA FERNANDEZ
095.803.426-52	THIAGO CARLOS MARTINS RIBEIRO
334.043.566-91	PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO
125.379.077-95	BRUNO LOPES SILVEIRA

Belo Horizonte. sexta-feira, 18 de outubro de 2024



Documento assinado eletronicamente por Laura Aparecida Vieira, Servidor(a) Público(a), em 18/10/2024, às 17:22 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/586.703-1.







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

## Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. sexta-feira, 18 de outubro de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12050125 em 18/10/2024 da Empresa VIVEIRO CAMPO LINDO COMERCIO DE PLANTAS LTDA, Nire 31211125496 e protocolo 245867031 - 24/09/2024. Efeitos do registro: 03/09/2024. Autenticação: F67CD06CC96B32FC32FBBC38DA223638DC8B5A. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/586.703-1 e o código de segurança UM6N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/14